

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CAMPUS SERTAO
UNIDADE ACADÊMICA SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Caik Lima Soares

Economia Solidária: alternativa para desenvolvimento em Alagoas

Santana do Ipanema – AL

2017

Caik Lima Soares

Economia Solidária: alternativa para desenvolvimento em Alagoas

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da UFAL- Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em economia.

Orientador (a): Profa.Me.Izabelita Oliveira Barboza

Santana do Ipanema – AL

2017

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Santana do Ipanema
Responsável: Rafaela Lima de Araújo – CRB4 2058

S676e Soares, Caik Lima.
 Economia solidária: alternativa para desenvolvimento em Alagoas. / Caik
 Lima Soares.
 35 f.: il.
 Orientadora: Izabelita Oliveira Barboza.
 Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) -
 Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de
 Ciências Econômicas. Santana do Ipanema, 2018.
 Bibliografia: f. 33 -35.

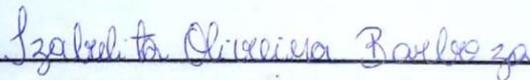
 1. Economia Solidária. 3. Desenvolvimento local. 3. Inclusão social.
 4. Alagoas I. Título.

CDU: 334:332.145 (813.5)

Caik Lima Soares

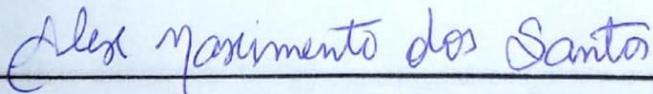
Economia Solidária: alternativa para desenvolvimento em Alagoas

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da UFAL- Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em economia.

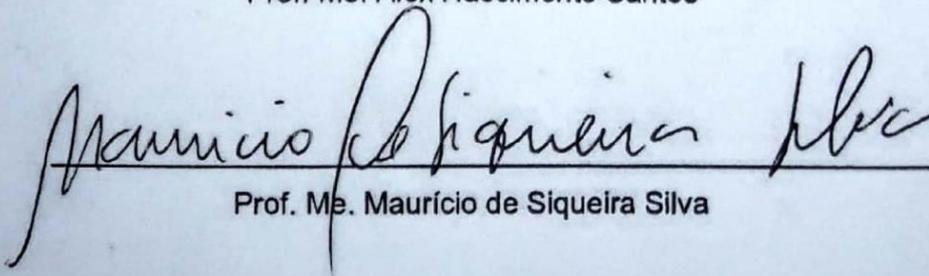


Profa. Me. Izabelita Oliveira Barboza

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Me. Alex Nascimento Santos



Prof. Me. Mauricio de Siqueira Silva

AGRADECIMENTOS

A Deus, que é o sentido da minha vida e razão do meu viver.

A Nossa Senhora de Guadalupe que é o meu amparo e refúgio.

Aos meus pais que são a razão da minha existência.

A minha noiva que sempre desperta o que há de melhor em mim e está comigo em todos os momentos.

A minha tia Betânia que sempre cuidou de mim e de forma acadêmica sempre me incentivou.

Aos meus amigos que são dons de Deus e àqueles que tive a grande graça de conhecer e conviver na universidade.

A minha orientadora que com dedicação e paciência me guiou para concluir essa monografia.

A todos os professores e toda a equipe que compõem a instituição que de forma direta e indireta foram de grande importância em minha formação acadêmica.

“O próprio homem é o autor, o centro e o fim de toda a vida econômica e social. O ponto decisivo da questão é que os bens criados por Deus para todos de fato cheguem a todos, conforme a justiça e com a ajuda da caridade”.

Catecismo da Igreja Católica, § 2459.

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é o de analisar o impacto que a Economia Solidária tem como alternativa de desenvolvimento em Alagoas, apresentando uma breve revisão teórica e uma pesquisa qualitativa e quantitativa onde será feita uma análise apresentada em tabelas para melhor entendimento sobre os empreendimentos da mesma no estado de Alagoas por suas mesorregiões: agreste, sertão e leste. Nos últimos anos a economia solidária vem se apresentando como inovadora alternativa de desenvolvimento local, autogestão, cooperativismo, geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social.

Palavras-chave: alternativa, desenvolvimento, geração de trabalho e renda e inclusão social.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze the impact that the Solidary Economy has as an alternative development in Alagoas, presenting a brief theoretical revision and a qualitative and quantitative research where an analysis presented in tables will be made for a better understanding of the enterprises of the same in the state of Alagoas by its mesoregions: agreste, sertão and east. In recent years solidarity economy has been presenting itself as an innovative alternative of local development, self-management, cooperativism, generation of work and income and a response in favor of social inclusion.

Keywords: alternative, development, generation of work and income and social inclusion.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. METODOLOGIA	09
3. REVISÃO DA LITERATURA	11
3.1 DIFERENTES ABORDAGENS PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA	11
3.2 SURGIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	14
3.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL	17
3.4 AUTOGESTÃO.....	18
3.5 COOPERATIVISMO	19
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	21
5. CONSIDERAÇÕES	32

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a ideia de trabalho cooperativo e autogestão, vem crescendo no cenário econômico do país como um novo processo de inserção econômica, que, além de despertar vários interesses acentua a consolidação de uma nova organização do trabalho. Esta aparece como alternativa eficaz de geração de renda e combate à pobreza da classe menos favorecida financeiramente frente aos desafios impostos pelo sistema capitalista.

É dentro desse cenário que a Economia Solidária apresenta-se de maneira mais incisiva, uma vez que já era um conceito existente desde o século XIX, com a Revolução Industrial. Não serve apenas como alternativa para pobres e excluídos, mas com avanços reais em distintos domínios, de maneira a envolver responsabilmente amplos setores da sociedade, procurando, por entre a criatividade, o aperfeiçoamento de produtos e serviços de melhor qualidade.

Pode ser vista como uma alternativa frente ao capitalismo por proporcionar às pessoas que a adotam uma vida melhor, a partir dos princípios de solidariedade e de uma dinâmica própria, ao invés de depender das contradições do modo predominante de produção.

2.METODOLOGIA

O trabalho terá como natureza, uma breve revisão teórica da literatura sobre Economia Solidária através de documentos oficiais, disponibilizados pela internet e livro, acerca das palavras-chave: desenvolvimento local, autogestão e cooperativismo, como também dados do Atlas da economia Solidária, 2006, produzido no âmbito do SENAES. Contudo, em uma pesquisa qualitativa e quantitativa onde será feito uma análise apresentada em tabelas para melhor entendimento sobre os empreendimentos de economia solidária nas mesorregiões do estado de Alagoas. As cidades que pertencem às mesmas podem ser vistas na tabela a seguir.

Nº	AGRESTE ALAGOANO	LESTE ALAGOANO	SERTÃO ALAGOANO
1	Arapiraca	Anadia	Água Branca
2	Belém	Atalaia	Batalha
3	Cacimbinhas	Barra de Santo Antônio	Belo Monte
4	Campo Grande	Barra de São Miguel	Canapi
5	Coité do Noia	Boca da Mata	Carneiros
6	Craibas	Branquinha	Delmiro Gouveia
7	Estrela de Alagoas	Cajueiro	Dois Riachos
8	Feira Grande	Campestre	Inhapi
9	Girau do Ponciano	Campo Alegre	Jacaré dos Homens
10	Igaci	Capela	Jaramataia
11	Lagoa da Canoa	Chã Preta	Major Isidoro
12	Limoeiro de Anadia	Colônia Leopoldina	Maravilha
13	Mar Vermelho	Coqueiro Seco	Mata Grande
14	Maribondo	Coruripe	Monteirópolis
15	Minador do Negrão	Feliz Deserto	Olho d'Água das Flores
16	Olho d'Água Grande	Flexeiras	Olho d'Água do Casado
17	Palmeira dos Índios	Ibateguara	Oliveira
18	Paulo Jacinto	Igreja Nova	Ouro Branco
19	Quebrangulo	Jacuípe	Palestina
20	São Brás	Japaratinga	Pão de Açúcar
21	São Sebastião	Jequiá da Praia	Pariconha
22	Tanque d'Arca	Joaquim Gomes	Piranhas
23	Taquarana	Jundiá	Poço das Trincheiras
24	Traipu	Junqueiro	Santana do Ipanema
25		Maceió	São José da Tapera
26		Maragogi	Senador Rui Palmeira
27		Marechal Deodoro	
28		Matriz de Camaragibe	
29		Messias	
30		Murici	
31		Novo Lino	
32		Paripueira	
33		Passo de Camaragibe	
34		Penedo	
35		Piaçabuçu	
36		Pilar	
37		Pindoba	
38		Porto Calvo	
39		Porto de Pedras	
40		Porto Real do Colégio	
41		Rio Largo	
42		Roteiro	
43		Santa Luzia do Norte	
44		Santana do Mundaú	

45		São José da Laje	
46		São Luís do Quitunde	
47		São Miguel dos Campos	
48		São Miguel dos Milagres	
49		Satuba	
50		Teotônio Vilela	
51		União dos Palmares	
52		Viçosa	

3. REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura está voltada para algumas abordagens da Economia solidária o seu surgimento e breves discussões sobre desenvolvimento local, autogestão e cooperativismo, enfatizando o atlas que foi fundamental para o norte do trabalho e conseqüentemente para a discussão dos resultados.

3.1 Diferentes Abordagens para Economia Solidária

Segundo consta no Atlas da Economia Solidária no Brasil, elaborado pela SENAES, o que se coloca como definição de Economia Solidária é:

(...) uma forma de produção e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano, e não no capital - de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida (MTE, 2006).

Essas organizações se distinguem por duas especificidades, segundo Singer (2002 p.116): “(a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos”.

Assim compreendida, a Economia Solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, que envolve a dimensão social, a econômica, a política, a ecológica e a cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de Economia Solidária se projetam no espaço público no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável. (SINGER, 2002).

Dentre as concepções de alguns autores estrangeiros, destacamos a de Laville (apud Lechat, 2002, p.5), que caracteriza a economia solidária como sendo “um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado”.

Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária “organiza-se a partir de fatores solidariedade humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade, da autogestão, e adota formas comunitárias de propriedade” (Idem).

Ela se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional.

No Brasil, a Economia Solidária se expandiu especialmente na década de 90, como reflexo dos movimentos sociais de combate à pobreza. Está em ação o que podemos chamar de desenvolvimento comunitário/solidário porque seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados por todos os participantes, com respeito à diversidade de raça, etnia e gênero.

Pequenas comunidades isoladas dificilmente alcançam níveis de produtividade, que lhes permitam participar em mercados regionais ou ainda mais ampliados. Para as iniciativas solidárias tornarem-se sustentáveis, precisam cooperar entre si. Daí a importância de formação de redes solidárias.

A organização de empreendimentos por cadeias produtivas é uma estratégia que possibilita o fortalecimento dos mesmos. Uma referência importante é a cadeia do algodão orgânico, que inclui cotonicultores no Ceará, fiações e tecelagens em São Paulo e cooperativas de costura nos estados do Sul.

Atualmente, a Economia Solidária vem crescendo de maneira muito rápida, não apenas no Brasil, mas também em diversos outros países. Foi realizada no ano de 2005 pelo Ministério do Trabalho e Emprego uma ação de mapeamento da Economia Solidária no Brasil, pelo qual foram entrevistados 14.954 empreendimentos solidários em 2.274 municípios em todo país, culminando com a publicação de um Atlas.

Este apontou que 70% dos empreendimentos solidários existentes foram criados entre 1990 e 2005 e que deles participam 1.250.000 trabalhadores (a)s, por meio de múltiplas formas de organização. Predominam as associações, com 54%, em seguida os grupos informais, 33%, e as cooperativas com 11%. Comparando com o Sistema Capitalista:

A Economia Solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. Enquanto o capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito de propriedade individual, a economia solidária é outro modo de produção individual cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (SINGER, 2002). Assim, enquanto um aponta para a obtenção do lucro como meta final, o outro arranjo procura garantir o direito das pessoas viverem uma vida com sentido.

De acordo com Santos (2005): a economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão “desregulamentada” das máquinas-ferramentas e do motor a vapor do século XIX (SANTOS, 2005, p.83).

Cattani (2003) afirma que compreende a necessidade de construir uma outra economia para atender às novas exigências de uma sociedade em que os sentimentos de cooperação e solidariedade se contrapõem à concorrência a qualquer preço.

É dentro desse cenário que a Economia Solidária apresenta-se de maneira mais incisiva, uma vez que já era um conceito existente desde o século XIX, com a Revolução Industrial. Não serve apenas como alternativa para pobres e excluídos, mas com avanços reais em distintos domínios, de maneira a envolver responsabilmente amplos setores da sociedade, procurando, por entre a criatividade, o aperfeiçoamento de produtos e serviços de melhor qualidade.

Tendo em vista sempre a recuperação social mais do que o progresso técnico proporcionou em relação ao conforto e a qualidade de vida. A economia solidária foi uma resposta da sociedade que procurou organizar-se segundo três princípios: o princípio de cooperação, autonomia e gestão democrática. Em que predominava a solidariedade ao interesse individual e ao ganho material.

Mas em geral, as abordagens da economia solidária compartilham da crença sobre o potencial de mudança social e de emancipação das alternativas plurais ao capitalismo, em oposição à alternativa do socialismo centralizado (Sousa Santos e Rodriguez 2013).

Ainda para Nascimento (2006):

A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica e social e a democracia participativa, além da preservação ambiental e a utilização racional dos recursos naturais. Além disso, a Economia Solidária exige o compromisso dos poderes públicos com a democratização do poder, da riqueza e do saber, e estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania (controle social). (NASCIMENTO, 2006, p. 8).

Um autor fundamental, no que diz respeito à conceituação e ao desenvolvimento da Economia Solidária global, é o atual Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer. Para o especialista, a definição de Economia Solidária faz referência a

outro modo de produção, cujos princípios básicos estão relacionados à propriedade coletiva e ao direito à liberdade individual.

São formas de organização da produção, do consumo e do crédito feitas de forma democrática. Ou seja, as unidades são possuídas e geridas por seus trabalhadores - no caso de comunidades de produção, por seus consumidores - nas cooperativas de consumo e por depositantes e mutuários – nas cooperativas de crédito. São de posse coletiva e os direitos de decisão sobre a unidade ou sobre a empresa são idênticos. Isto é, ninguém tem mais poder de votos do que outros'. (SINGER, 2007).

Para o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), órgão responsável por identificar e registrar os empreendimentos que se encaixam nessa categoria, bem como as entidades de apoio, assessoria e fomento aos mesmos conceitua-se Economia Solidária como o conjunto de atividades econômicas (composto pela produção, pela distribuição, pelo consumo, pela poupança e pelo crédito) elaboradas solidariamente por trabalhadores sob a forma autogestionária.

3.2 Surgimento da Economia Solidária

A Economia Solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocados pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção oriundas da revolução industrial.

O ideal liberal de auto regulação da economia era levado a cabo como princípio e dogma inquestionável do capitalismo, e é através deste modelo ideológico liberal de exploração que se inicia o processo de crises e misérias sintomáticas na condição de vida dos proletariados, tais como exploração demasiada da classe operária através de jornadas de trabalho excessiva, utilização de mão de obra infantil e condições de trabalho insalubre e, claro, aumento crescente de desemprego (SINGER, 2002).

Nesse contexto, os primeiros focos de pensamento pautados na economia solidária surgem no início do século XIX na Europa, com grande ênfase na França e Inglaterra, sob o comando de Claude Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1873), Pierre Proudhon (1908-1865) e Robert Owen (1773-1858). Claude Saint-Simon idealiza a sociedade dos padrões e trabalhadores com a presença de um Estado forte e industrializado que objetivasse a busca do bem-estar das classes trabalhadoras através da produção de coisas úteis à vida e também responsável pela

redistribuição da riqueza assim como as classes trabalhadoras estariam unidas em associações de cidadãos.

Charles Fourier projeta uma sociedade constituída por fazendas coletivas agroindustriais chamadas de falanstérios, onde todos desempenhariam papéis importantes com o objetivo do bem-estar comum da comunidade. A divisão da riqueza se daria de acordo com a quantidade e qualidade do trabalho de cada indivíduo.

Já Pierre Proudhon, considerado o percussor do anarquismo e fervoroso crítico da propriedade privada, idealiza uma sociedade formada por pequenos produtores que obteriam financiamento de bancos de troca para a aquisição dos meios de produção e onde o dinheiro seria substituído por certificados de circulação fazendo com que as sociedades trocassem serviços.

Robert Owen defende a criação de uma sociedade comunista que se daria através da organização de colônias cooperativas objetivando com isso o fim permanente da propriedade privada dos meios de produção. Na perspectiva de construção dessa sociedade, Owen contribuiu para a criação e organização de diversas cooperativas em meados do 17 século XIX, tornando evidente a ligação da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo.

Houve, portanto, na Inglaterra e nos Estados Unidos do século XIX, o florescimento de várias iniciativas influenciadas por esses pensadores, que preconizavam a valorização do ser humano e do mutualismo através de cooperativas e associações de produção de socorro mútuo criadas por trabalhadores com o intuito de minimizar os efeitos trazidos pelo sistema liberal capitalista. A mais famosa cooperativa de consumo, a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale (Inglaterra), fundada em 1844, estabeleceu uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação a nível mundial.

Em resumo estes princípios eram os seguintes:

1º a Sociedade seria governada democraticamente, cada sócio dispendo de um voto;

2º a Sociedade seria aberta a quem dela quisesse participar, desde que integrasse uma quota de capital mínima e igual para todos;

3º qualquer dinheiro a mais investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juro, mas não daria ao seu possuidor qualquer direito adicional de decisão;

4º tudo o que sobrasse da receita deduzidas todas as despesas, inclusive juros, seria distribuída entre os sócios em proporção às compras que fizessem da cooperativa;

5º todas as vendas seriam à vista;

6º os produtos vendidos seriam sempre puros e de boa qualidade;

7º a Sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo; e

8º a Sociedade seria neutra política e religiosamente (ABDL, 2004).

No entanto, muito raros foram os empreendimentos dessa espécie que conseguiram manter-se por mais de alguns anos. A respeito dessas experiências, e aos motivos de seus fracassos, Maurício Sarda de Faria (2006) os coloca da seguinte maneira:

Ainda que o desenvolvimento das estruturas e das relações de produção capitalistas no final do século XIX e início do século XX implicassem em dificuldades crescentes para o setor cooperativo de base operária dada a concentração de capitais, o desenvolvimento dos monopólios, o avanço tecnológico e na gestão dos processos de fabrico, o abandono das práticas cooperativas foi fruto também de uma mudança estratégica no interior do movimento operário internacional.

Os resultados obtidos pela socialdemocracia alemã no plano parlamentar e das trade-unions inglesas no campo da regulamentação e das condições de trabalho faziam pender a balança para essas organizações que se firmaram, no decorrer do século XX, como as instituições tradicionais do movimento operário. As cooperativas foram assim abandonadas e desprestigiadas, uma vez consolidada a crítica ao seu caráter anódino para o enfrentamento e a transformação do capitalismo (Idem, p.51).

Sobre a situação do movimento cooperativista do século XX, Faria acrescenta ainda: No século passado, o debate sobre o cooperativismo ficou como que congelado no seio do movimento operário internacional, que centrou seus esforços e mobilizou suas inteligências para a conquista do poder político. Nem mesmo nos momentos agudos de crise, que abalaram com maior ou menor intensidade as estruturas da forma capitalista de produção de mercadorias no decorrer do século XX, foram suficientes para recolocar em cena a busca por formas alternativas de produção dos meios de vida. (Idem, p.51-52).

Este quadro se reverte na segunda metade da década de 1970, quando se assiste ao surgimento de uma nova crise do sistema capitalista, que traz novamente

o crescente fantasma do desemprego, o fechamento de empresas e o ressurgimento do ideal liberal (neoliberalismo).

É nessa nova conjuntura econômica que reaparece em massa na Europa, a partir da segunda metade da década de 70 e início da de 80, o processo cooperativista/associativista por parte das classes trabalhadoras de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores, cujo objetivo é o de lutar contra a exclusão social, assim como o de salvar e até mesmo criar empregos.

Esse movimento ganha volume e espaço social no Brasil e em outros países, onde os trabalhadores dão início a processos isolados de recuperação de empresas falidas e a sua transformação em cooperativas de resistência ao desemprego e aos processos de exclusão social que se intensificaram com a onda neoliberal nos países periféricos, possibilitando, entre outras coisas, a revitalização do debate em torno do tema da autogestão, do cooperativismo e do socialismo (FARIA, 2006).

Ressalta-se que inúmeros movimentos sociais e étnicos surgiram nesse momento de nossa história e trouxe como consequência uma nova visão do social a partir de sua relação com o econômico, com o político e com a relação do homem com o meio ecológico. Esses movimentos coincidiram em muitos aspectos com as demandas do movimento dos trabalhadores, criando um ambiente propício para unirem-se nessa “nova” economia solidária, e assim afirmar o caráter multidimensional do movimento.

3.3 Desenvolvimento local

Entende-se como desenvolvimento local o “processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais” (Jesus, 2003), criando desta forma novas oportunidades de trabalho e de rendimento, superando assim dificuldades em favorecimento da melhoria das condições de vida da população local.

Neste sentido, trata-se de um esforço localizado e concertado. A nível local consegue-se verificar os esforços articulados entre quem lidera, instituições, empresas e habitantes com vista à melhoria das condições de vida dos cidadãos.

Normalmente, os processos de desenvolvimento local ocorrem a diversos níveis. A nível local há que considerar que tudo é personalizado desde a liderança, passando pelas instituições e empresas, terminado nos grupos comunitários. Tudo o que ocorre

a nível local tem a marca dos seus intervenientes, sendo que eles devem transmitir a sua imagem da comunidade aos demais.

Torna-se, pois necessário passar da imagem de coletividade fechada e estática a uma imagem viva e dinâmica, aberta ao contato e à solidariedade com outras comunidades, ou seja, “formular formas de pensamento e ação que sejam ambiciosos em termos de escalas, ou seja, que sejam capazes de pensar e atuar nas escalas locais, regionais, nacionais, e até mesmo globais, dependendo das necessidades das iniciativas concretas” (Santos e Rodríguez, 2013). Já a nível nacional, há que, por exemplo, elaborar políticas econômicas

Neste sentido, o Programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local consagra projetos de: a) apoio social; b) turismo e lazer; c) atividades culturais; d) área dos transportes; e) domínio do ambiente controle de normas de qualidade e recuperação do patrimônio; f) apoio às populações locais; e, apoio às empresas locais (Conselho Econômico e Social, 1996).

Assim sendo, podemos dizer que a Economia Solidária permite fomentar o desenvolvimento local, pois segundo Gomes *et al.* (2007),

Valoriza a diversidade, preocupa-se com a relação do ser humano com o meio ambiente do qual é parte, oferece alternativas para uma construção social de desenvolvimento econômico, para a desmistificação das técnicas, para a democratização da ciência e da tecnologia e para o pleno exercício da cidadania.

A verdade é que a Economia Solidária tornou-se num importante instrumento de combate à exclusão social e à pobreza, pois permite a incrementação do emprego e rendimento para muitos e variados trabalhadores. Além disso, contesta o modelo capitalista propondo a construção de relações econômicas mais justas, solidárias e sustentáveis, fomentando desta forma o desenvolvimento local justo e solidário

3.4 Autogestão

Segundo Souza (2003), a autogestão, sob a perspectiva da economia solidária, é um processo educativo, transformador de mentalidades, que resgata outros ganhos além do econômico em si, como autoestima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além da noção crescente de autonomia e dos direitos cidadãos.

É modelo que busca prover a todos sem explorar o trabalho de seus membros, necessitando, para tanto, a participação e o envolvimento de todos nas decisões

necessárias ao empreendimento e dividindo os resultados desse trabalho de forma justa entre seus sócios (ANTEAG, 2005).

Com práticas participativas de autogestão em processo tanto de trabalho quanto em definições estratégicas e corriqueiras que são empregados aos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diferentes graus e interesses.

3.5 Cooperativismo

Segundo (AMORIM 1996, pág.110) define que as raízes das cooperativas podem ser encontradas na mais remota antiguidade: os babilônios faziam certa forma de arrendamento de terra para a exploração em comum. Muitas foram as tentativas empreendidas pelos trabalhadores contra a opressão estatal e empresarial, desde o início do século passado, buscando resolver seus graves problemas socioeconômicos, através do caráter mutualista.

Entende-se que a cooperação sempre existiu nas sociedades humanas, desde as eras mais remotas, estando sempre associada as lutas pela sobrevivência. Já o cooperativismo surgiu junto com a revolução industrial, como forma de amenizar os traumas econômicos e sociais que a cooperativa trouxe com suas mudanças e transformação.

Segundo (Marion 1996, pág.108) define a palavra *cooperari* operar juntamente com alguém. Que seu significado é trabalhar junto, trabalhar em conjunto. E cooperativismo é a doutrina que visa à renovação social, através da cooperação.

O cooperativismo, portanto, no sentido de doutrina, tem por objetivo a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, que são as cooperativas.

Diante disso, pode-se definir cooperativa como um empreendimento de pessoas unidas para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas sociais e culturais comuns, através de uma pessoa jurídica pertencente a todos e democraticamente administrada.

Já o cooperativismo entende-se a doutrina na qual a sociedade está encaixada, tendo o objetivo de correção no meio econômico e social através das cooperativas, o cooperativismo baseia-se no trabalho e não no lucro. Onde há o interesse e objetivo comuns, um encontro de esforços e capacidades, propriedade coletiva total de bens ou parcial, divisão dos resultados e responsabilidades solidárias perante qualquer dificuldade que venha enfrentar.

Nesta discussão o associativismo se faz entendido como uma força estratégica para a melhoria das condições locais de vida das pessoas e de uma população, sob todas as suas dimensões, culminando com a ideia de desenvolvimento.

A esse respeito observa Frantz (2002, p. 25), “(...) potencialmente, o associativismo, a cooperação, contêm o desenvolvimento local (...). A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor pela cooperação”.

Acrescenta ainda que “o desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas”.

Observa-se que aqui se revela um espaço à participação extensiva e intensiva dos recursos humanos em que a corresponsabilidade remete a parcerias estáveis e para relações mutuamente proveitosas, cujas transformações não ocorrem da noite para o dia, mas sim caminhando em etapas, solidariamente, e sustentadamente, capturando a sinergia liberada.

Sergio C. Buarque (2002, p. 25) conceitua desenvolvimento local “como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. O desenvolvimento posto como um modelo que contém uma perspectiva nascida, fortalecida e sustentada na auto-organização social é o aqui acolhido.

“No processo do desenvolvimento local é imprescindível o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas”. A seu ver o nosso modo de ser e de fazer as coisas carrega marcas profundas de uma cultura de competição e da lógica do mercado. No reconhecimento dessas marcas está a raiz da discussão sobre desenvolvimento local.

“A via do associativismo fomenta um debate permeado de pontos e contrapontos onde o diálogo abre caminho para a reconstrução, para o desenvolvimento” e onde, conforme salienta Frantz (2002, p. 29), (...) a diversidade do conjunto de talentos, capacidades, competências que constituem a singularidade e a criatividade de cada um.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados dados fornecidos pelo Atlas de Economia Solidária expressos em tabelas sobre Empreendimentos Solidários em Alagoas por mesorregiões, onde serão analisados de forma quantitativa e qualitativa, temos no censo do ano de 2013 um número de 323 EES espalhados por 67 municípios alagoanos nas zonas rurais e urbanas conforme nos mostra a tabela I. A seguir os números da economia solidária em Alagoas, em relação ao percentual de com acesso tecnológico, ao gênero e as diversas categorias analisadas.

Tabela 1 – Área de atuação do empreendimento

Local	Rural	Urbana	Rural e urbana	Número total EES
Agreste Alagoano	24	7	19	50
Leste Alagoano	72	61	58	191
Sertão Alagoano	48	17	17	82
Total	144	85	94	323

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados SENAES (2013).

Na tabela I, pode ser observado, que os empreendimentos têm maior relevância no Estado, o Leste alagoano é a área de maior atuação de empreendimentos de economia solidária sendo que, na área rural o percentual é maior. No agreste é onde encontramos um menor número de empreendedorismo,

Tabela 2 – Percentual de EES com acesso à recursos tecnológicos

Local	Acesso à computador	Acesso à internet
Agreste Alagoano	74,0	74,0
Leste Alagoano	67,5	64,9
Sertão Alagoano	43,9	40,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados SENAES (2013).

Apesar dos avanços e de sua presença marcante no estado, observa-se nos dados obtidos na tabela II, que os empreendimentos de economia solidária no Agreste e no leste Alagoano as EES têm acesso aos recursos tecnológicos, com acesso a internet, onde pode-se ver que somente o sertão Alagoano das 43,9 EES, apenas 40.2 tem acesso à internet.

Do ponto de vista quantitativo podemos ver que existem um número expressivo e crescente de experiências que demonstram inúmeras oportunidades de desenvolvimento local. Por trás desses números encontram-se famílias e inúmeras alternativas e necessidades de trabalho e renda que podem vir a ser sanadas de maneira mais rápida e consistente desde que bem orientadas e fundamentadas.

Tabela 3 – Número de Sócios Segundo Gênero

Local	Total EES	Homens sócios				Mulheres sócias			
		Média	Máximo	Soma	DP	Média	Máximo	Soma	DP
Agreste Alagoano	50	56	1200	2806	175	52	400	2629	99
Leste Alagoano	191	58	2000	11160	199	41	1000	7950	132
Sertão Alagoano	82	20	437	1677	50	16	600	1382	66

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados SENAES (2013)

Tabela 4 – Categoria social dos sócios e sócias

Local	Agricultores familiares	Artesãos	Assentados da reforma agrária	Catadores de material reciclável	Técnicos profissionais de nível superior	Outros trabalhadores autônomos	Desempregados e desocupados
Agreste Alagoano	33	7	0	-	0	8	1
Leste Alagoano	75	40	5	1	1	44	18
Sertão Alagoano	45	9	2	0	0	12	14
Total	153	56	7	1	1	64	33

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados SENAES (2013).

Sobre a categoria dos sócios, no agreste alagoano, pode-se observar na tabela IV que as EES, destaca-se com 75 agricultores familiares e as demais categorias tendo ênfase maior nos trabalhadores autônomos, e o que chama atenção mais uma vez é que em toda a categoria, apenas tem formação de técnico profissional 1 pessoa, com um total de toda região de 153 agricultores familiares, 56 artesãos, 7 assentados da reforma agrária, 1 catador de lixo, 64 trabalhadores autônomos e 33 desempregados.

Os dados apresentados na tabela V, mostram como os agricultores familiares, os trabalhadores autônomos e os artesãos lideram as categorias profissionais presentes naquelas atividades que fazem a economia solidária tão forte e presente em Alagoas. A maior parcela de sócios (47,4%) é agricultor familiar conforme já havia sido apontado. Fortalecer essa categoria por meio de associações e cooperativas deve ser um caminho para viabilização de políticas públicas voltadas ao homem do campo. Historicamente essa categoria sofre com a desigualdade no tratamento e acesso a políticas públicas voltadas a agricultura. Crédito específico para suas necessidades e assistência técnica são as maiores demandas.

Tabela 5 – Forma de organização

Local	Grupo informal	Associação	Cooperativa	Total de EES
Agreste Alagoano	19	22	9	50
Leste Alagoano	85	95	11	191
Sertão Alagoano	40	36	6	82
Total	144	153	26	323

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados SENAES (2013).

Segundo CULTI (2010), as associações são formais na forma de organização dos empreendimentos, porém possuem uma legislação diferenciada e mais “flexível”, que facilita o processo de organização do agrupamento, mas com algumas limitações no

campo da comercialização. No leste alagoano os grupos informais lideram essa categoria, com 85 grupos, já as associações vêm em 2º lugar.

As cooperativas são os modelos de organização mais comuns no contexto da economia solidária, pois compreendem um tipo de sociedade legalizada em que busca a igualdade no processo decisório com obtenção de ganhos financeiros com equidade. ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Estudo sobre a Agricultura Familiar em Alagoas/Alagoas. – Maceió: SEPLAG, 2016. Essas cooperativas vêm em 3º lugar no leste alagoano, como se observa na tabela V.

Tabela 6 –Principal atividade econômica realizadas pelo empreendimento

Local	Troca de produtos ou serviços	Produção ou produção e comercialização	Comercialização ou organização da comercialização	Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	Poupança, crédito ou finanças solidárias	Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios
Agreste Alagoano Leste	0	35	5	6	2	2
Alagoano Sertão	1	115	17	53	0	5
Alagoano	0	59	2	19	1	1
Total	1	209	24	78	3	8

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados SENAES (2013).

Na tabela VI Observa-se que, as atividades econômicas são marcadas pela produção ou produção e comercialização 115 estabelecimentos no leste alagoano. Isso ajuda a identificar o perfil dos empreendimentos solidários. O maior número de empreendimentos encontra-se nesta categoria, tanto no Leste como o sertão e no agreste. Difere que no sertão a segunda opção é

a prestação de serviço ou trabalho a terceiro encontramos o número de 53 e comercialização ou organização da comercialização em 3º lugar. O “consumo, uso coletivo de bens e serviços “com 05 estabelecimentos.

Tabela 7- Se foram realizados investimentos no empreendimento nos últimos 12 meses e qual investimento

Local	Houve investimento	Percentual	Infra-estrutura física, prédios, construções	Equipamentos aquisição renovação	Ampliação de estoque de matérias-primas	Abertura de filiais	Abertura de lojas/ espaços de comercialização	Capacitação de mão-de-obra	Comunicação/ divulgação	Outro tipo de investimento
Agreste Alagoano	20	40	8	14	1	1	0	5	2	0
Leste Alagoano	73	38,2	32	39	14	1	2	4	10	9
Sertão Alagoano	21	25,6	11	11	4	0	0	2	2	2
Total	114	35,3	51	64	19	2	2	11	14	11

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados SENAES (2013).

Conforme os estudos sobre essa dinâmica de comercialização, realizado pela Agência de Fomento de Alagoas – Desenvolve em 2012, O grande gargalo da economia solidária, que cresceu bastante em número de novos empreendimentos sejam eles formais ou informais. Todavia se faz necessário a criação de canais que possibilitem a sua viabilização do ponto de vista econômico e financeiro. Diante esse fato observa-se na Tabela VII, que os investimentos foram efetivados no leste alagoano com 73 locais, com uma porcentagem de 38,2 %, distribuídos em Infraestrutura equipamentos, estoque de matéria prima, abertura de filiais e lojas de comercializações, divulgações e outros.

Tabela 8 – Se o empreendimento teve acesso a algum tipo de apoio, assessoria ou capacitação

Local	Assistência técnica e/ou gerencial	Qualificação profissional técnica gerencial	Formação sócio política autogestão, cooperativismo e economia solidária	Assistência jurídica	Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços	Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica	Assessoria na constituição formalização ou registro	Elaboração de projetos	Incubação
Agreste Alagoano	30	28	14	1	12	11	9	11	0
Leste Alagoano	62	88	25	9	20	10	9	26	2
Sertão Alagoano	29	27	15	5	9	6	8	9	3
Total	121	143	54	15	41	27	26	46	5

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados SENAES (2013).

Na tabela VIII pode ser observado os tipos de necessidade de apoio, assessoria ou capacitação que os EES possuem e as que mais necessitam. É possível apontar essas necessidades, tanto por meio das características mais demandadas de apoio, como aquelas mais baixas. A assistência jurídica, diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica e a assessoria na constituição formalização ou registro, são os três itens que possuem maiores demandas. Todavia a incubação é muito pouco ofertada.

Tabela 9 – Número de ocupantes de funções de coordenação e/ou direção do empreendimento segundo o gênero

Local	Mulheres				Homens			
	Média	Valor máximo	Soma	DP	Média	Valor máximo	Soma	DP
Agreste Alagoano	3	15	153	3	4	85	223	11
Leste Alagoano	4	28	836	4	1	15	341	2
Sertão Alagoano	3	16	308	3	2	10	184	2
Total	4	28	1297	4	2	85	748	5

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados SENAES (2013).

Na tabela XI, pode se ver que é notório no cargo de coordenação e/ou direção das ESS do gênero feminino no Leste e no Sertão alagoano. 836 mulheres no leste Alagoano, para 341 homens; 308 mulheres para 184 homens no Sertão Alagoano. As maiores responsabilidades da mulher no que tange à família e o seu papel na reprodução biológica podem acarretar seu menor envolvimento e descontinuidade no exercício do trabalho. Dessa maneira, esse papel social das mulheres contribui para a manutenção de práticas que as discriminam no mercado de trabalho, seja por meio de remunerações menores e/ou de menores investimentos das empresas em treinamento e capacitação para os seus empregados do sexo feminino, restringindo-lhes sua ascensão profissional. Mas o que vemos nas ESS é a predominância das mulheres em cargos de coordenação, o que se rompe com esse estigma.

Tabela 10 – Saldo de pagamentos no ano anterior a partir dos resultados da atividade econômica do empreendimento, sem contar as doações de recursos

Local	Pagar as despesas e ter uma sobra/ excedente	Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra	Não deu para pagar as despesas	Não se aplica
Agreste Alagoano	19	19	9	3
Leste Alagoano	69	87	29	6
Sertão Alagoano	18	47	15	2
Total	106	153	53	11

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados SENAES (2013).

Nos dados da tabela X pode ser observado o saldo de pagamento no ano anterior a partir dos resultados das atividades econômicas, sem as doações inclusas, O Leste Alagoano se destaca com 87 ESS que pagam as despesas e não tem nenhuma sobra. Em segundo lugar na mesma localidade estão as ESS que pagam as despesas e tem um excedente, Sendo apenas 69 ESS.

Tabela 11 – O que motivou a criação

Local	Uma alternativa ao desemprego	Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	Uma fonte complementar de renda para os/as associados/as	Desenvolvimento de uma atividade onde todos/as são donos/as	Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica	Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	Motivação social filantrópica ou religiosa	Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	Alternativa organizativa e de qualificação
Agreste Alagoano	26	12	24	9	13	5	10	18	8
Leste Alagoano	154	79	97	63	50	17	36	60	15
Sertão Alagoano	57	28	47	33	17	4	11	15	6
Total	237	119	168	105	80	26	57	93	29

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados SENAES (2013).

Na tabela XI, observa-se que o item que mais obtém marcação, em relação ao motivo da criação da ESS, é referente a ser a economia solidária (uma alternativa ao desemprego), seguido de (uma fonte complementar de renda) e por conseguinte (obtenção de maiores ganhos com empreendimento associativo) Uma das interpretações é que há neste modelo social de empreendedorismo a mesma motivação que o chamado “empreendedorismo por necessidade”, que se mostra consolidado quando avaliamos o alto número de microempreendedores individuais – MEI. Todavia diferentemente do modelo individual, podemos perceber que a capacidade associativa se mostra diferenciada, pois produz resultados que vão além do progresso material gerado pela renda

Tabela 12 – As principais conquistas dos empreendimentos

Local	Geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os/as sócios/as	Autogestão e o exercício da democracia	Integração do grupo/coletivo	Comprometimento social dos/as sócios/as	Conquistas para a comunidade local moradia escola infraestruturaetc	Conscientização e compromisso político com emancipação dos trabalhadores ou outras lutas mais gerais
Agreste Alagoano	26	27	36	18	17	4
Leste Alagoano	102	116	119	54	75	18
Sertão Alagoano	37	53	62	34	28	7
Total	165	196	217	106	120	29

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados SENAES (2013).

Fica evidente na tabela XII, que a principal conquista dos empreendimentos é a integração do grupo/coletivo seguido da autogestão e o exercício da democracia. A geração de renda ou obtenção de maiores ganhos aparece em 3º colocação, o que confirma o maior desafio dos empreendimentos, conforme será visto no gráfico XIII. Uma vez que a experiência de economia solidária provoca novas possibilidades levando a uma melhor compreensão do caráter solidário e associativo, há o desencadeamento de uma nova visão de mundo que em parte é entendida como importante e positiva.

Tabela 13 – Os principais desafios enfrentados

Local	Viabilizar economicamente o empreendimento	Gerar renda adequada aos/as sócios/as	Garantir proteção social previdência assistência e saúde para os/as sócios/as	Efetivar a participação e a autogestão	Alcançar a conscientização e a politização dos/as sócios/as	Alcançar maior conscientização ambiental dos/as sócios/as	Articulação com outros empreendimentos e com o movimento de economia solidária	Manter a união do grupo/coletivo
Agreste Alagoano Leste	36	35	21	17	19	11	23	23
Alagoano Sertão	138	145	100	46	37	54	82	80
Alagoano	69	74	45	26	24	28	38	31
Total	243	254	166	89	80	93	143	134
%	75,23	78,64	51,39	27,55	24,77	28,79	44,27	41,49

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados SENAES (2013).

O maior desafio dos empreendimentos de economia solidária, na tabela XIII, também é a geração de uma renda mais adequada às necessidades dos sócios e sócias, seguidos da possibilidade de viabilizar economicamente o empreendimento. Isso reforça o imperativo já apontado pela maioria absoluta dos especialistas de que esse é o momento mais adequado ao desenvolvimento de políticas públicas específicas que favoreçam a renda e a capacidade econômica. O microcrédito produtivo orientado é uma das saídas mais importantes neste caso. Fonte: Atlas da Economia Solidária – 2013.

5. CONSIDERAÇÕES

A revisão da literatura apresentada trouxe um conjunto de aspectos relacionados com a economia solidária, onde foi analisado nas tabelas com os dados das mesorregiões de Alagoas e também os limites e potencialidades da mesma. Foi notório que a região do leste alagoano está mais avançada em relação as outras em EES, mas que é preciso políticas públicas para uma promoção e desenvolvimento de todo o Estado.

Além de, uma vez que a experiência de economia solidária provoca novas possibilidades ela pode se tornar além de ser uma alternativa para o desemprego, uma nova ótica para geração de renda e desenvolvimento com novas perspectivas e obtenção de maiores ganhos com o empreendimento associativo.

Os dados discutidos e comentados levam à hipótese de pesquisa que consiste em entender os EES à economia solidária como alternativa de desenvolvimento, inserção social, embora ainda não tenha um grande impacto na economia, no entanto pode vir a ser experiências importantes de resistência ao desemprego, apontando para novas formas de gestão e nova realidade no mercado de trabalho.

Trata-se portanto de um cenário democrático propriamente dito, que pode não ser considerado como tendência, mas que pode ser capaz de ser inspiração de valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular. Assim, a Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.

6. REFERÊNCIAS

ANTEAG. Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia. São Paulo: Altamira Editoria, 2005.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES, 2013. Anual.

BUARQUE, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CATTANI, A. D. (org). A outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. 01, 2006, Brasília. Anais I Conferência Nacional de Economia Solidária. Ministério do Trabalho e do Emprego, SENAES, 2006.

Conselho Econômico e Social (1996), Iniciativas de Desenvolvimento Local – Série “Documentos e Estudos Internos”. Lisboa: Conselho Econômico e Social.

CULTI, Maria Nezilda. Economia solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

FARIA, Mauricio Sarda de. Cooperativismo e Empresas Recuperadas: novos e velhos problemas para os sindicatos. Anais da 30º ANPOCS: Trabalho e Sindicato na Sociedade Contemporânea; Curitiba, abril de 2006.

FRANTZ, Walter. Desenvolvimento local, associativismo e cooperação, 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: setembro de 2017.

GOMES, Fabiana Pereira *et al.* (2007), *Economia Solidária e Desenvolvimento Local e Sustentável*. Projeto Casa Brasil: MTE, SENAES.

JESUS, Pablo. *Desenvolvimento Local: A outra economia*. São Paulo: Veraz Editores, 2003.

LECHAT, Nöele M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. Disponível em http://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf, acesso em setembro de 2017.

NASCIMENTO, E. R. "PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA". Brasília: Ferreira, 2006.

SANTOS, Boaventura de S. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista* / Boaventura de Sousa Santos, organizador - 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Fonte: <http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads.htm>

SINGER, Paul. *Introdução a Economia Solidária*. Perseu Abramo. Economia Nacional, 2002.

_____. *Autogestão e socialismo: oito hipóteses sobre implantação do socialismo via autogestão*, In: OLIVEIRA, Paulo S. (Org.): *O lúdico na cultura solidária*. São Paulo: Hucitec, 2007. p 229-239.

SOUSA SANTOS, C. RODRÍGUEZ GARAVITO, 2013. *Alternatives économiques: les nouveaux chemins de la contestation*. I. HILLENKAMP, J.-L.

LAVILLE (coord) Socioéconomie et démocratie. L'actualité de Karl Polanyi, Toulouse, Erès, pp. 127-147.

SOUZA, A. R. (Orgs). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, p. 267-286, 2003b.